



# Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 90ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1.978.

QUARTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Fidelcino Tolentino (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, do Sr. Rolando Demétrio Marussi, Prefeito Municipal de Capanema, que se faz acompanhar do Sr. Vereador Irmut Helmut Krugel, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Santo Rossin, vice-Presidente, e do Sr. Juvenil Toscan, Assessor Administrativo da Câmara Municipal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Ivor Braghini, residente em Pato Branco.

Que da decisão dê-se ciência à família do extinto, residente naquela cidade.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de pesar, pelo falecimento da menor Juliana Filgueira, ocorrido nesta Capital.

Que da decisão, dê-se ciência à família extinta, residente à Av. João Gualberto, 1303, apartamento, 305.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Abrão Fantin, ocorrido no dia 26 próximo passado, na cidade de Ampère, vítima de cruel assassinato.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.978.

(a) Deni Schwartz.

## JUSTIFICATIVA:

1 - O falecimento do Sr. Abrão Fantin, enlutou toda a cidade de Ampère e região, uma vez que se tratava de pessoa das mais benquistas;

2 - Exerceu o cargo de Vereador de Ampère e atualmente era Presidente do Diretório Municipal do MDB daquele município;

3 - Motorista de táxi, foi mais uma vítima de marginais que teimam em usar da força para conseguir seus objetivos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Itálico João Damiani, ocorrido no dia 26 próximo passado, em acidente de trânsito na estrada que liga a cidade de Pato Branco a Clevelândia.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Deni Schwartz.

## JUSTIFICATIVA:

1 - O Sr. Itálico João Damiani, era residente em Francisco Beltrão. há doze anos, sendo destacado participante em todas as atividades sociais daquele município;

2 - Atualmente, era Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Motoristas de Francisco Beltrão;

3 - destacado empresário, soube angariar a amizade de toda a população;

4 - Vítima do descaso das empreiteiras, no que diz respeito à sinalização das rodovias em construção, deixa enlutada não só a família, mas toda a região.

ENDEREÇO DA FAMÍLIA — Rua Sergipe, n.º 264.

85.600 — FRANCISCO BELTRÃO — Pr.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento aos oitenta e dois anos de idade, do Senhor LUIZ BRASSAC, ocorrido nesta Capital, no dia 25 de agosto corrente.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.978.

(a) Jurandir Messias.

## JUSTIFICATIVA:

Ex-funcionário da Companhia Força e Luz do Paraná, o Senhor LUIZ BRASSAC, ocupou na época, elevados cargos

naquela companhia, sendo que seu passamento consternou a sociedade curitibana, tendo em vista a grande estima e respeito que o extinto angariou durante sua vida, quer pública, quer familiar, deixando viúva e um casal de filhos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Senhor Dino Brassac, à Rua Cel. Dulcídio, n.º 926, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, sejam suspensas as Sessões, dos dias 5 e 6 de setembro próximo, para reunião das Comissões.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(aa) Nilso Sguarezi e Luiz Roberto Soares

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Ex.º Sr. Governador do Estado, o presente expediente, posto nos seguintes termos:

Senhor Governador.

O Paraná inteiro tem acompanhado a extraordinária obra que o governo vem realizando no setor rodoviário, fato que justifica a esperança que temos sentido na população do Distrito de Tamarana, Município de Londrina, de que um velho sonho possa ser alcançado.

Ocorre, Senhor Governador, que Tamarana, apesar de ser ainda um distrito, supera em tamanho e em atividades inúmeros municípios de nosso Estado.

E Tamarana acha-se localizada a pouco mais de 2.500 metros da rodovia asfaltada que liga Londrina até Mauá.

Tamarana pelo potencial que representa na economia do Estado, pelo desenvolvimento marcante de sua sede, de longa data vem reivindicando sua ligação asfáltica com a Rodovia Celso Garcia Cid, para que, ainda com uma pavimentação de baixo custo nos 2.500 metros que a separam da rodovia, possa ver-se também integrada com o resto do Brasil.

É o apelo justo de uma população que muito tem contribuído para a grandeza do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Dácio Leonel

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. Jayme Armando Prosdócimo, solicitando as seguintes informações:

1 — O Centro de Orientação Fiscal ao Contribuinte do ICM tem algum vínculo com a Secretaria de Estado das Finanças?

2 — A Secretaria, oficialmente, recomenda os cursos às Delegacias Regionais?

4 — A Secretaria tem conhecimento do material que é distribuído aos participantes, bem como, das taxas cobradas?

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Deni Schwartz

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, quer, pelo presente, justificar a seus Pares que, ciente das gestões formuladas por Comissão de Assessores do Tribunal de Justiça do Estado junto à Presidência desta Casa e às Lideranças da Arena e MDB, no

sentido de que não fossem apresentadas emendas ao Projeto de Lei n.º 121/78, que cria a carreira de Assistente Jurídico no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, e, também, de acordo de cavalheiros firmado por aquela Comissão, assegurando que as situações que pretendíamos regularizar através das emendas abaixo transcritas, ainda que a primeira delas contasse com a anuência de ambas as lideranças, poderão ser resolvidas administrativamente ou em oportunidade próxima, através de novo projeto de lei, deixará de apresentar as seguintes alterações que poderiam aperfeiçoar aquele Plano de Lei:

1) — Acréscimo de parágrafo único ao artigo 5.º, com a seguinte redação:

“Parágrafo único — Aos funcionários postos em disponibilidade em decorrência da extinção ou desnecessidade dos cargos que ocupavam e àqueles que ocuparem cargos integrantes do Quadro Suplementar, e que não optarem pela Classificação de Cargos de que trata esta Lei, poderá ser concedida aposentadoria por tempo de serviço proporcional, desde que contem, ou venham a contar com 10 (dez) anos de serviço, no mínimo, computados na forma da legislação em vigor”.

2) — Substituição do texto do artigo 10, pelo seguinte:

“Art. 10 — O inciso II, do art. 1.º, da Lei 6.593, fica acrescido, a partir da data desta Lei, das expressões: Assistente Jurídico, no valor de Cr\$ 3.497,00”.

3) — Acrescentando-se o seguinte dispositivo:

“Os cargos iniciais da carreira de Auxiliar Jurídico serão extintos, gradativamente, ao vagarem, permitindo-se o acesso de seus atuais ocupantes, à carreira de Assistente Jurídico, preenchidos os requisitos desta lei”.

O motivo que nos leva a apresentar este requerimento, é o fato de nosso trabalho na área de recursos humanos estar registrado, até esta data, através de emendas e pequenos reparos, em todas as leis relacionadas com servidores públicos que tramitaram nesta Casa desde que assumimos nosso mandato, e serem as omissões ora apontadas imperdoáveis sob o ponto de vista técnico-legislativo e normalmente as teríamos corrigido, como temos procedido em todas as oportunidades em que notamos possíveis falhas em qualquer plano de lei.

Todavia, em face do ponderável apelo de servidores do judiciário, manifesta é a preocupação que os levaram a gestionar pela não apresentação de emendas, e por tal razão é democrático o atendimento da classe, que merece crédito por ser constituída de elementos que labutam na mais alta Corte de JUSTIÇA de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer do Plenário, expressa e formal manifestação para ser enviado ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a inclusa documentação que caracteriza “crime da responsabilidade” do Ex.º Sr. Secretário de Segurança do Paraná, tendo em vista haver aquela autoridade, desobedecida a obrigação constitucional de prestar, no prazo de 30 dias, informações solicitadas pelo Poder Legislativo. Que da decisão, comunique-se o interessado, Ex.º Sr. Gen. Alcindo Pereira.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

#### JUSTIFICATIVA:

Os Secretários de Estado estão obrigados pelo artigo 20, § 2.º, da Constituição do Estado do Paraná, a prestarem informações à Assembléia Legislativa, no prazo de 30 dias.

Ocorre que em data de 30 de junho, por decisão do Plenário da Assembléia Legislativa, requereram-se informações sobre caso de tortura comprovada na Delegacia de Polícia de Chopinzinho, cujo expediente saiu da Casa, sob Ofício n.º 1892,

em data de 04/07/78.

Pela informação prestada na Divisão de Protocolo da Assembléia, até a presente data, bem mais que o prazo constitucional permissível, a autoridade indagada não se manifestou, incorrendo desta forma, em crime de responsabilidade.

Ocorre que é competência do Tribunal de Justiça, art. 53, da Constituição Estadual, para julgamento dos Secretários de Estado, razão porque, estamos solicitando da Assembléia Legislativa, interessada e parte legítima para REPRESENTAR ao órgão judicante, sua expressa manifestação.

Julgamos, no entanto, ser conveniente para esclarecer a Casa, tecer alguns comentários sobre o assunto que ensejou o pedido de informação, tendo em vista o desdobramento dos acontecimentos e que envolvem, inclusive, até o desrespeito não só do Poder Legislativo, mas principalmente do Judiciário.

O pedido de informações objetiva buscar do Sr. Secretário de Segurança, os esclarecimentos sobre a hedionda tortura a que foi submetido um preso na Delegacia de Polícia de Chopinzinho tendo como autores elementos do 3.ºBTL de Polícia Militar sediado em Pato Branco. A documentação inclusa demonstra que o torturado estava internado em Hospital na cidade de Pato Branco, correu perigo de vida e foi realmente queimado com ácido, tendo a imprensa classificado as torturas como as da "idade média" e o laudo de lesões incluso informa e comprova a desumanidade perpetrada.

Todavia, nada se sabe dos autores destas torturas bem como dos mandantes. Apenas que são elementos ligados ao 3.ºBTL.

Não se pode conceber que a Secretaria de Segurança se omita em semelhante caso. A imprensa vive denunciando diariamente, caso de torturas (no caso presente a vítima apresenta as marcas até hoje e as guardará para sempre, pois foi queimada com soda) mas nada se sabe da punição dos responsáveis. Quando a informação foi pedida, objetiva-se saber as providências de autoridade de segurança. Esta, mesmo constitucionalmente obrigada, não acatou o pedido e o que é o pior, com o gesto, estimula fatos desta natureza, os quais devam ser prontamente repelidos. Com efeito os últimos dias tem sido uma constante as denúncias de torturas policiais o que lamentavelmente é de registrar-se. Mas um só punido foi levado ao conhecimento do público.

Assim, pelo flagrante desrespeito a este Poder, deve o Secretário Gal. Alcindo Pereira, ser levado ao Tribunal de Justiça a fim de que defenda-se e justifique seu procedimento.

Enfim, deve-se ressaltar, Srs. Deputados, que a omissão da Sec. de Segurança, desencadeou no Comando do 3.ºBTL de PM, sediado em Pato Branco, uma série de situações que atentam frontalmente ao Poder Judiciário e até ao funcionamento da Justiça Pública de Chopinzinho, conforme demonstramos em outro expediente de hoje.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para aprovar requerimento em que se pede urgência ao Ex.º Sr. Secretário de Finanças do Estado, para reajustar a PAUTA DO ICM, incidente na comercialização de suínos, tendo em vista não condizer com a realidade dos atuais preços.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

#### JUSTIFICATIVA:

Com o aparecimento da Peste Suína Africana, os preços na comercialização, caíram a índices baixíssimos e no entanto, a PAUTA DO ICM, fixada pelas autoridades financeiras até o momento permanece inalterada.

Ora, esta defasagem entre a Pauta e o preço do dia,

"catastrófico para a suinocultura" representa mais um onus em cima do suinocultor. Não é possível qualquer justificativa para a manutenção da atual Pauta, ainda a mesma de meses atrás quando o preço real do suíno atingia Cr\$ 14,00 ao kg. Hoje, o preço real não ultrapassa aos Cr\$ 9,00, dando assim uma diferença a mais para a Pauta da ordem de Cr\$ 5,00, o que vale dizer, mais de 50% de diferença.

O reajuste imediato é uma necessidade para recuperação do mercado, além do que demonstrará a boa vontade dos Governos Estaduais do Sul — diretamente interessados, em agilizar medidas efetivas e concretas que auxiliem a suinocultura. Permanecendo no entanto a mesma cotação de Pauta — irreal e demasiadamente elevada, passam os governos estaduais ao alinhamento de insensibilidade das autoridades federais para com o problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores General ERNESTO GEISEL, Digníssimo Presidente da República, Doutor MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, Ministro da Fazenda, DOUTOR ALYSSON PAULLINELLI, Ministro da Agricultura, contando as reivindicações acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Lázaro Dumont

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, lamentavelmente, nos últimos 3 (três) anos, tem tido suas safras frustradas pelos diversos fatores adversos que assolaram nosso Estado, entre eles as geadas, e a longa estiagem, causando com isto, o endividamento das Classes Produtoras Rurais do Paraná, e como exemplo citamos o ocorrido com as safras de soja, trigo, arroz, milho, feijão e outras culturas, além da devastação quase que total de nossas pastagens, o que causou sérios problemas aos rebanhos bovinos. Não bastassem todos estes fatores adversos, os Produtores Rurais do Paraná, estão enfrentando também uma séria crise com o que está ocorrendo com os rebanhos suínos de nosso Estado, pela tão propalada peste suína, e que os está levando a grandes prejuízos financeiros. Não bastassem tudo isto que acabamos de citar, os Produtores Paranaenses, ainda vivem o drama causado pelas Notas Promissórias Rurais (NPR), que a quase 2 (dois) anos, vem provocando um verdadeiro pesadelo a grande parte de nossos agricultores. Solicitaríamos também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este requerimento fosse encaminhado a todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná — FAEP, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná — FETAEP, e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR, no sentido de que estas entidades também façam apelos às autoridades mencionadas neste requerimento, contendo as mesmas reivindicações, e que cada uma destas entidades mostrem os problemas existentes em suas respectivas áreas.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 140/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais (S.O.S.)" de Pitanga, devidamente inscrito no Ministério da Fazenda, sob o n.º 75680686/001-08, registrado no Conselho Nacional de Serviços sob n.º 223.822/72, e no Cartório de Títulos e documentos sob n.º 15, fls. 26, do Livro "A", em 13 de outubro de 1971.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Jurandir Messias

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de Pitanga, no setor de assistência social e filantropia, conforme preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste recinto, do Sr. Anfrísio Siqueira da Fonseca, Presidente da "Boca Maldita", Tarcísio Lemos, Secretário de Educação do Município de Apucarana. Aos visitantes, as nossas boas vindas.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lê): "Nós vamos fazer uma profissão de fé, que, pensamos, seja a da maioria do povo brasileiro.

Sou católico, apostólico, romano.

Meu Cristo é o Cristo do perdão, da concórdia, da crença em que o mundo caminha para a perfeição. E que essa jornada rumo à Humanidade ideal, embora seja plena de dificuldades e retrocessos, está se cumprindo na medida em que os homens se irmanam e comungam em anseios de paz.

A minha e a visão da maioria do povo brasileiro para com sua religião é de otimismo, e inspiração para atos mais nobres, mais altruístas, mais fraternos, da nossa existência.

Díssemos maioria, porque, infelizmente, não há unanimidade neste enfoque do Cristo do amor.

Há quem veja o Cristo como caminho a atingir pela luta, pela intransigência, pelo preconceito.

É o Cristo da negação do amor.

Estamos falando — Senhor Presidente, Senhores Deputados — da medievalesca organização denominada Sociedade de Defesa à Tradição, Família e Propriedade, que ora volta à notoriedade pela ação de um padre do interior mineiro, que tentou impor a toda uma cidade regras obscurantistas num conceito de moral cristã que é a própria negação dos objetivos reais da Igreja, que buscam hoje a felicidade integral do homem, nos planos temporal e espiritual.

Seria empolgante polemizar teologias, mas não é este nosso objetivo. Ressalvamos nossa posição, com o intuito de que nossa manifestação de hoje não seja confundida com um ataque à organização eclesiástica. Pelo contrário, sabemos que a maioria dos nossos prelados discorda também do procedimento da TFP, orientada pelo bispo de Campos.

Estamos aqui, nós, legisladores e representantes políticos do povo, tratando de coisas objetivas, do nosso terra a terra.

Todo o direito têm os seguidores da TFP de encararem a religião da maneira que bem entendam, embora essa visão talvez os tornem infelizes e rancorosos.

Entretanto, a TFP não se limita a uma postura filosófica. Seus membros são militantes políticos, de manifestação de extrema-direita, defensores da manutenção de um "status" social próximo ao feudalismo.

Apadrinhada por um setor da Igreja, essa organização já adotou, e adota freqüentemente, posições agressivas, planejadas, em assunto de natureza política, atuado fora dos partidos,

como determina a lei.

Sabe-se, neste país e aqui mesmo nesta cidade, quantos pais lamentam o engajamento de seus filhos nessa triste confraria. Não se sabe, porém que métodos estranhos, de lavagem cerebral, levam esses jovens, bem dotados intelectualmente, a seguir beligerante militância, contrariando o natural otimismo juvenil.

E é em função dessa ação política da TFP que hoje abordamos o assunto.

Temos visto, e algumas vezes temos lamentado, com que rigor as autoridades de segurança interferem nas ações políticas que se desenvolvem em organizações por elas classificadas como inadequadas.

Assim é nos sindicatos, nas universidades e até mesmo na própria Igreja.

Manifestações socializantes — isto é, ditas de tendências esquerdizantes — embora muitas vezes não passem de liberais, foram coibidas de maneira ferrenha.

Estranha, então, que a outra tendência, que é a da TFP — organização que lembra muito as entidades nazi-fascistas de condicionamento psicológico e político da juventude —, igualmente deletéria, não receba dos órgãos de segurança idêntica atenção.

Quer-se saber, mas não se sabe, de onde provêm os recursos que sustentam tal organização. Seriam mesmo contribuições de latifundiários retrógrados? Capital estrangeiro? Onde vem esse dinheiro?

Um ex-militante declarou, no último domingo, que a idéia de depuração espiritual do Mundo, para TFP, é a ocorrência de uma terceira guerra mundial. Foi uma declaração feita perante a Nação; num dos programas de televisão de maior audiência.

Aqui mesmo, em Curitiba, tivemos há pouco tempo o escândalo do despejo da organização, reagindo o proprietário do imóvel que ocupava contra o treinamento paramilitar daqueles jovens.

Uma pergunta: não poderia uma entidade dessa natureza ter envolvimento com organizações clandestinas terroristas como o chamado Comando de Caça aos Comunistas?

Mera pergunta, mera cogitação.

Sobra como realidade palpável nossa convicção que organizações dessa natureza são potencialmente perigosas e efetivamente prejudiciais à juventude, afora sua maléfica ação política ostensiva. Lembram os senhores, com toda certeza, da campanha quase intimidante que promoveu a TFP para colher assinaturas contra a aprovação legislativa do projeto que instituiu o divórcio.

Entendemos que o posicionamento ideológico das pessoas, e por consequência das organizações, tem a figura geométrica de um anel. Os extremos se tocam e são idênticos. Quem coíbe a ação da extrema esquerda deve, por idênticos motivos, cercar a ação da extrema direita.

Feitas as considerações, o Deputado que adiante subcreve, REQUER à mesa seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, solicitando que determine aos órgãos de segurança competentes a instauração de um processo com o objetivo de analisar em face da lei o comportamento da Sociedade de Defesa à Tradição, Família e Propriedade, determinando, ao mesmo tempo, que seja dado ao conhecimento da Nação a origem dos recursos que sustentam a entidade. E que, dos resultados desse processo, encaminhe o Ministério das Relações Exteriores parecer ao Vaticano, notificando as autoridades eclesiásticas superiores dessas atividades, que, à primeira vista, parecem-nos incompatíveis com os objetivos da Igreja Católica, hoje mais do que nunca identificados com a tolerância, com a concórdia, e com a felicidade do homem nesta sua peregrinação terrena.

(a) Erondy Silvério"

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A corrupção é inerente ao homem”.

Esta frase não me pertence. O autor dela é S. Ex.<sup>a</sup> o Coronel Ruben Ludwig, Assessor de Imprensa de S. Ex.<sup>a</sup> General Geisel, Presidente da República.

Qual teria sido o objetivo deste cidadão militar que, naturalmente, deve ser detentor de curso de Jornalismo, para fazer uma afirmativa desta natureza?

Solidariedade à corrupção que grassa neste País, em todos os quadrantes deste País?

Quem sabe, talvez o seja. Mas o certo é que a sua sentença, a sua frase, está aí sendo prestigiada por entidades públicas. Isso que é lamentável, profundamente lamentável, dizer.

Que lição triste, principalmente para os jovens de nossa Pátria. O homem que detém uma responsabilidade dessas, qual seja, a se ser porta-voz do Governo Federal, de um governo que exerce a mais alta Magistratura do País, para, pelo menos, tentar debelar, acabar com a corrupção.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, em Paraíso do Norte, cidade do Noroeste do Paraná, talvez justificando a afirmativa do coronel, assessor de imprensa do Presidente da República, o Prefeito Municipal, numa atitude “sui generis”, contrata consigo mesmo, em seu nome e em nome da municipalidade que representa, corrompendo a coisa pública.

A Prefeitura é proprietária, no bosque municipal, de uma lanchonete, há vários anos. Tão logo eleito, Germano Sordi — comprou o fundo de comércio e através de preposto contratou com a Prefeitura.

O contrato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para se contratar é preciso que haja cordo de vontades, pelo menos de 2 pessoas. Não há contrato unilateral, principalmente, contrato de locação. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup>, contrata com a Prefeitura e o ex-Prefeito está lá a corromper a coisa pública. É lamentável. É lamentável dizer que um Prefeito eleito pela Aliança Renovadora Nacional, Partido que se diz sustentáculo da Revolução, que tem como princípio o combate à corrupção e à subversão, e está esse Prefeito, corrompendo e subvertendo a ordem.

É preciso que se denuncie atitudes dessa ordem, dessa natureza. Assim como o fiz há alguns dias passados, com relação ao Projeto Noroeste que está servindo de instrumento para a adesão de Prefeitos eleitos pelo MDB. Só assinam os projetos, só assinam os projetos se aderirem às candidaturas dos Deputados e candidatos da Arena.

Assim é que o Prefeito de Santo Antônio, e é bom que se repita, Santo Antônio e Tamboara, se ainda não abandonaram a legenda pela qual foram eleitos, estão a pleitear votos para a Aliança Renovadora Nacional.

É de se perguntar onde é que está a Revolução? Onde é que está a Revolução, que eu inclusive colaborei com ela? Naquela oportunidade, mas nesta eu protesto, contra a própria Revolução. Pouco importa a mim que digam que estou a contestar, porque jamais dei a definição, ao termo — contestar — que pretendem aqueles que defendem a Revolução.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Aí está uma denúncia. Contratando consigo mesmo, gostaria de saber como é que o Prefeito pode conseguir as vantagens de inquilino, quando contrata com o senhorio que é a Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte. Interessante. Uma pessoa só a discutir consigo mesmo, o preço e as vantagens de uma locação e tudo isso ainda é muito pouco. Quando toda a cidade de Paraíso do Norte sabe, que o Prefeito Municipal está a empregar dinheiros públicos na lanchonete, para que a lanchonete dê rendas, rendas que se destinam ao enriquecimento indevido do Prefeito, inquilino e senhorio de uma mesma Prefeitura.

lino e senhorio de uma mesma Prefeitura.

Tudo isto é de se lamentar. Mas, é, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de se esperar que um dia se combata, de fato, a corrupção e a subversão.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós temos, hoje, dois assuntos que, acredito eu, de muito interesse para esta Casa.

O primeiro deles, refere-se a um requerimento que nós estamos encaminhando à Mesa, e, que se for aprovado por esta Casa, nós estamos solicitando que cópia deste requerimento seja encaminhado a todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná, à Federação da Agricultura, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à OCEPAR, que é o órgão máximo das Centrais de Cooperativas do nosso Estado.

Aqueles que, e acredito que somos todos os Srs. Deputados nesta Casa, que militamos quase que dia a dia com o homem rural paranaense, a gente tem observado que nos últimos anos, principalmente, nos últimos três anos, o Paraná tem sido perseguido pela fatalidade. As nossas safras agrícolas, realmente, quase todas elas, têm sido, têm se tornado em safras negativas para o produtor, haja visto a safra de trigo de 74, 75, 76 que, praticamente, deu para se pagar a semente; a não ser a safra de 77 que se teve algum resultado positivo. E no ano passado para este ano, a safra da soja que a Secretaria de Agricultura deu como perdida, no nosso Estado, de 33% mas, que o lavrador, produtor de soja do Paraná acredita que esses dados são, no mínimo, de 45 a 50% e, não, 33%.

A safra do arroz, 90% perdida; a última safra do feijão, quase 100% também perdida; isto, sem se referir, também, à frustração nas safras de milho, algodão, parte da safra de amendoim.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente, é um quadro lamentável para o Paraná, o Estado que sempre teve uma agricultura exuberante e que foi, sem dúvida nenhuma, o Estado que produziu, como aconteceu, ainda, no ano de 77, baseado na safra de 76, quando este Estado contribuiu com aproximadamente 24% de toda a produção agrícola nacional. E é de se destacar que o Paraná possui, em termos nacionais, pouco mais de 1% da área agricultável. Hoje, no Brasil.

Em contato permanente que a gente mantém hoje com o lavrador do Estado do Paraná, estamos percebendo que esses mesmos lavradores, produtores, ainda há questão de 40 a 50 dias, tive oportunidade de participar em Londrina de uma reunião de produtores na Sociedade Rural do Paraná, quando naquela reunião se discutiu o endividamento do produtor rural paranaense. Então medidas, Srs. Deputados, deverão e terão que ser tomadas, realmente, em favor da agricultura do nosso Estado.

É por isso que estamos encaminhando este requerimento ao Sr. Presidente da República, Ernesto Geisel, ao Sr. Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli e ao Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen, para que concedam ao lavrador do Paraná, principalmente para aqueles que através de laudos técnicos comprovem que nos últimos três anos tiveram suas safras frustradas, para que se conceda uma anistia em todo o financiamento de custeio da produção, mantendo somente nos Bancos as dívidas dos produtores que fizeram para aquisição de maquinários, implementos agrícolas ou qualquer outro financiamento que tivesse o cunho de investimento na propriedade.

Se estamos apresentando este requerimento, é porque sabemos que se o Governo através do Banco Central que faz o repasse para que os outros bancos distribuam ao lavrador os financiamentos, realmente investiu soma vultuosa em benefício

do lavrador, mas sabemos também que esse mesmo lavrador que tomou esse dinheiro emprestado no Banco tomou muito mais prejuízo do que o próprio Banco poderá alegar, de no caso de uma anistia ao agricultor do nosso Estado.

Nós temos sempre dito, o lavrador paranaense ele precisa mudar a maneira como ele vai ao Banco. Hoje a maioria do produtor rural vai ao Banco para pedir dinheiro emprestado. Tem que haver uma mudança na política agrícola brasileira, no setor econômico.

Nós temos que continuar levando esse lavrador ao Banco, mas não somente para tomar dinheiro emprestado, mas também para depositar dinheiro no seu nome. Porque muitas vezes, quando ele vai no Banco, para não tomar dinheiro emprestado, ele simplesmente vai amortecer um pouco a dívida que ele tem no Banco.

E hoje, se verificarmos, se fizermos uma análise no setor agrícola do Estado do Paraná, nós vamos encontrar que poucos são os proprietários realmente de terras neste Estado, que poderão bater no peito e dizer abertamente que é o proprietário de sua terra. A maioria quase que absoluta e uma porcentagem elevadíssima estão hoje, com as suas propriedades hipotecadas há vários anos, há muitos anos e que praticamente não têm como sair desta dívida e não têm como sair desta hipoteca.

Então, é por isso que estamos encaminhando este requerimento ao Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro da Fazenda.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos chegando de uma viagem que fizemos pelo interior do Paraná, mais especificamente em parte, na região Oeste do Paraná, de Guaraniáçu para o Sudoeste, e em todo o Sudoeste do nosso Estado.

Fizemos uma média de três a quatro reuniões por dia, com lavradores, principalmente, suinocultores desta região. E o que a gente ouviu, o grito, que esses suinocultores estão levando hoje, para que seja conduzido às autoridades, realmente, é um grito angustiante, onde o suinocultor, que pelo menos com noventa e nove por cento, ou para não dizer, cem por cento, que nós conversamos, nenhum deles acredita que haja realmente, no Estado do Paraná, a chamada peste africana. Porque, na realidade, os porcos, que se diz haver morrido, ou contaminado por esta peste africana, é em número reduzidíssimo, e mesmo onde foi constatado um possível foco de peste africana, ao invés de se retirar esses mesmos animais, de se formar uma quarentena, para observação nesses animais, onde foi constatado um, que estava possivelmente doente, ao invés disso, o que que fizeram, abateram esses porcos da maneira mais irracional que se poderia abater porcos em qualquer circunstância. Como fora o caso, em alguns municípios do Paraná, de se dar machadadas nas cabeças desses porcos, conseqüentemente, os mesmos vieram a sofrer os desmaios, e depois jogar gasolina em cima, e tocar fogo, e alguns até se levantaram e saíram correndo com o corpo todo em chamas.

Isso não é forma absolutamente, de se abater animal, muito menos um porco, que tanto contribui para a alimentação do homem.

Mas eu dizia, onde se poderia ver a constatação desses focos, deveria-se deixar esses animais em quarentena, em observação, para ver se realmente, ali, existia ou não, um foco de peste africana, mas isso não foi feito, e hoje, por uma onda que é exatamente isso, que o suinocultor acredita que haja, por uma onda criada maldosamente, o suinocultor hoje, do nosso Estado, está com grande parte do seu rebanho, pronto para o abate, ultrapassando até aquele pelo considerado nobre para a venda satisfatória do produto, para que se obtenha algum lucro.

Como eu disse, visitamos praticamente todo o Sudoeste do Paraná, e em nenhuma cidade, encontramos um suinocultor

que nos dissesse ou tivesse nos dito, que vendeu o seu porco a mais de nove cruzeiros o quilo. Em algumas cidades, estão se oferecendo esse mesmo produto, a seis cruzeiros o quilo e até mesmo a cinco cruzeiros o quilo, para se ver livre deste porco gordo no manguieirão. Agora, o pior de tudo isto é que um saco de ração de soja, que no ano passado neste época, quando se vendia o porco a doze, treze cruzeiros o quilo, custava, setenta e cinco, oitenta cruzeiros o saco. Hoje, se chega a vender até a duzentos e cinquenta cruzeiros o saco de ração de soja. E se levarmos em consideração ainda o preço do soja nos últimos dois anos, não foi com tanta diferença assim, que na ração pudesse se subir aproximadamente quatrocentos por cento, num saco de soja.

Ainda outro fator, que pesa hoje, para o suinocultor: o milho, que no ano passado nesta mesma época se pagava de quarenta a cinquenta cruzeiros o saco, hoje, dependendo do município, e da própria produção do município, é comprado esse milho para sustentar este porco gordo, na casa de cento e dez a cento e cinquenta cruzeiros o saco de milho. Realmente, é muito triste a situação por que passa o suinocultor do Paraná, do nosso Estado, nos dias de hoje.

E nós tivemos a oportunidade, no começo deste ano, bem no início da nossa Sessão Legislativa de 1978, de apresentar um documento ao Sr. Ministro da Agricultura e Ministro da Fazenda, solicitando naquela época, que se estabelecesse um preço mínimo, condizente com aquilo que um lavrador realmente esperava, na casa dos treze e cinquenta ou quatorze cruzeiros o quilo. Quando no pronunciamento que fizemos naquela oportunidade, nos levantamentos que tivemos a oportunidade de realizar, em dados fornecidos pela própria ACARPA e pela Comissão de Financiamento da Produção, daqui do Paraná, se constatava que no Paraná existia ou existe aproximadamente duzentos e trinta e sete mil pequenos lavradores, que são suinocultores neste Estado. Quer dizer, que a suinocultura no Paraná apesar de ser o maior rebanho no Brasil, a suinocultura paranaense é uma suinocultura de subsistência; é o sitiante que coloca na sua propriedade, vinte, trinta, quarenta, cinquenta, duzentas cabeças de porcos, para ajudar na sua receita anual, dentro da sua propriedade. São pouquíssimos no nosso Estado, os suinocultores que realmente se dedicam como exclusiva à sua atividade econômica na suinocultura.

Então é uma suinocultura de subsistência. E nós temos que fomentar a continuidade dessa suinocultura. Se não o que vai acontecer, como muitos deles estão dizendo; para nós, vendendo inclusive, como se denunciou agora, recentemente até na cidade de Chopinzinho, onde suinocultores, por não ter dinheiro para comprar a ração e o milho, para os seus porcos, a hora que a porca acaba de dar cria, ele mata o leitão e faz com que aquela porca seja vendida mais tarde, para o açougue. Matrizes que custaram até cinco ou seis mil cruzeiros. Isto quer dizer, Sr. Deputado, que o ano que vem, lamentavelmente, a suinocultura do Paraná estará reduzida, no mínimo, a trinta por cento do seu rebanho.

Hoje, se de um lado, nós temos uma suinocultura sendo dizimada, pela falta de apoio, pela falta de solidariedade, ou pela falta de um preço mínimo estabelecido, compensador, por outro lado, nós temos também, pela ganância de se ganhar, cada vez mais, pecuaristas do Paraná, abatendo os seus garrotes, os seus rebanhos, até as suas matrizes, porque nunca se adquiriu um preço tão alto para a carne bovina, como se está exatamente nesta época, aqui no Estado do Paraná e em outras regiões do Brasil.

De um lado, temos o decréscimo da produção de suinocultura, por falta de incentivo, por outro lado, estamos também dizimando o rebanho, não do Paraná, mas de outros Estados brasileiros, exatamente por ter alcançado um preço altíssimo no mercado interno.

Isso quer dizer que, o ano que vem, nesta época — Deus



queira que não aconteça isso — estaremos comprando, nos supermercados e açougues, carne de gado importada da Argentina ou do Uruguai.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente, a situação é gravíssima.

Somente aquele que tem oportunidade de conversar com esses suinocultores, de sentir o desespero, é que realmente pode imaginar os problemas porque passa a suinocultura hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se leva esse problema à alguma autoridade — como já tive oportunidade de comentar com algumas — nos respondem: "Mas não é só no Paraná que a peste está atacando. Ela está no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, no Estado de São Paulo, no Estado de Santa Catarina ..."

Agora, descobriram até no Ceará, daqui a pouco vão descobrir até na Nicarágua, no Panamá, por aí afora.

Mas, acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os outros Estados, praticamente, a suinocultura que eles mantêm é uma suinocultura de subsistência do próprio Estado. Como acontece com o Rio Grande do Sul, com Santa Catarina, e em outros Estados. Mas, praticamente, a metade do rebanho do Paraná, é exportado para os outros Estados. Aí é que está o grande prejuízo que está abatendo o nosso Estado. E eu tenho afirmado que o que se cometeu com o nosso Estado, a respeito da suinocultura, foi uma das maiores maldades que se poderia fazer, ou abater sobre o Estado do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, quero parabenizar pelo brilhante discurso que Vossa Excelência está proferindo e que aborda, exatamente, um assunto que procuramos abordar ontem, nesta Casa.

Mas, Vossa Excelência traz um dado que reputo altamente desesperador: o plano das multinacionais para implantar o porco híbrido no Brasil era de quatro anos. E Vossa Excelência disse muito bem, já se estão abatendo matrizes de até cinco mil cruzeiros, porque não compensa mais segurar matrizes e reprodutores face a insensibilidade que o Governo Federal tratou o problema da suinocultura.

O plano das multinacionais era implantar o porco híbrido no Brasil em cerca de quatro anos, mas foram tão ligeiramente ao "pote" que eles conseguirão o que querem. E não tenho dúvida que o conseguirão, porque o Governo Federal assim o quer; o "Príncipe Herdeiro" assim o diz em seus comícios, ao falar de alta tecnologia importada para nossa agricultura, infelizmente, eles conseguirão antes.

Aliás, esse não é o maior crime que se cometeu contra a pecuária no Brasil.

Há doze anos atrás, se introduziu uma doença na avicultura. E o resultado dessa doença, introduzida na avicultura, a "peste de Marec", acabou com todos os nossos aviários.

Logo depois, vimos, surpreendentemente, aparecer, no Brasil, a avicultura moderna, mas que carrega para o exterior, desde a importação do ovo que vem da Holanda, até os lucros que são remetidos pelas multinacionais que aqui se instalaram. E principalmente, os "royalties" que vão como pagamento pela tecnologia que importamos.

Infelizmente, a peste suína foi trazida exatamente dentro dos interesses da introdução do porco híbrido. E fora disso, Sr. Deputado, nada mais existe, porque todo o Brasil, do Estado à Nação, do criador ao operário, está sendo prejudicado pela peste suína.

Está aí a televisão que se mancomunou com as multinacionais, para desmoralizar a carne de porco. E, ontem, fiz a pergunta: por que não se diz na televisão que quarenta por cento do rebanho bovino brasileiro tem brucelose afetosa ou tuberculose, doenças estas sim, altamente transmissíveis ao ser humano, mas isso não interessa às multinacionais, isso não interessa aos grandes fazendeiros deste País, mas ao miserável, ao homem,

ao pequeno que trabalha no campo, tem que dizimar o seu rebanho de uma tecnologia também mais ou menos avançada. É por isso, Senhor Deputado, que nessa data, eu convido, para que, homem do interior que é e que tem defendido a agricultura, se incorpore ao movimento que estamos fazendo no sudoeste, para trazermos cem caminhões de porcos e estacionarmos em frente ao Palácio Iguaçu, porque de memoriais, de requerimentos, de pedidos, os palácios estão cheios, mas a insensibilidade dos homens de Brasília, a insensibilidade dos Ministros deste País que brigam um contra o outro, a insensibilidade desses homens só tem uma maneira de ser desfeita. É através do cheiro típico do porco vivo ou moribundo, como está a suinocultura paranaense. Conclamo a Vossa Excelência, que nos apoie nesse movimento para trazermos cem caminhões de porcos e largarmos aqui dentro de Curitiba.

O SR. LÁZARO DUMONT — Vai ser difícil, nobre Deputado, porque hoje para transitar na estrada, precisa-se da guia, e precisa jogar água com criolina nos pneus dos caminhões, porque outro fato realmente que a gente não entende. Indo pelo asfalto do Paraná, existem pessoas que estão lá com umas bombinhas nas costas, pulverizando os pneus dos automóveis.

Aliás, já no sudoeste, vários suinocultores falaram para mim: "Olha não tem nada de peste suína, de peste africana. Isso é peste borrachuda. Só dá nas borrachas dos pneus".

E para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós tivemos a oportunidade de participar, recentemente, de um debate na sede da Federação da Agricultura, onde esteve presente, se não me falha a memória, o Sr. José Alberto Lira, Secretário Geral do Ministério da Agricultura e Presidente da Comissão que investiga a peste suína no Brasil, juntamente com seus assessores e cientistas, como foi várias vezes citado, e chamado a participar dos debates com seus assessores, e, naquela oportunidade, nós tivemos também de ouvir o Presidente da Associação dos Suinocultores do Paraná, quando dizia ele, porque contestando o Presidente da Comissão que investiga a peste suína, quando dizia ele, que assim como em outros países, o suinocultor tem que conviver com a peste suína, e, para tanto, há necessidade de se construir, granjas altamente tecnificadas, e numa contestação, exatamente do Presidente da Associação dos Suinocultores do Estado do Paraná, dizia ele, que de todos os suinocultores que existem no Paraná, apenas cinco por cento, tinham as suas granjas realmente com capacidade de se submeter a uma vistoria do Ministério da Agricultura. Noventa e cinco por cento não. Agora nós perguntamos: uma suinocultura terá esse mesmo suinocultor, de se enterrar mais ainda no Banco, para obter financiamento, para construção de pocilgas tecnificadas para se implantar uma suinocultura mais racional no Estado do Paraná?

Nós vivemos e vamos viver ainda por muitos e muitos anos, não só no Estado do Paraná, mas principalmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a chamada — suinocultura de fundo de quintal — e é graças a essa suinocultura de fundo de quintal, que o Brasil, não só em quantidade, como também em qualidade.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados e se hoje, participamos dessa informação que outros Senhores Deputados já trouxeram, inclusive, anterior a nós, era simplesmente para se desincumbir de um encargo de consciência, de ter prometido àqueles suinocultores que, a nossa parte, nós faríamos, que era denunciar, mais uma vez, o fato e a situação desesperadora que passa, hoje, a suinocultura do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência, tem a satisfação e a honra de anunciar que se encontra em visita a esta Casa, nas galerias de honra, o Sr. Prefeito José de Andrade, do Município de Palmital; o Sr. João Gonçalves Padilha, de Pitanga; o Sr. Vereador José Silvestre Grande, ARENA

de Pitanga e o Sr. Janguito de Oliveira, Líder comunitário de Pitanga; e, também, anunciamos, com satisfação, a presença do Sr. Jorge Curi, Secretário da ARENA, do Município de Maringá.

Esta Presidência consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Havendo declinado, consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Em nome da Liderança, falará o Sr. Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A injustiça desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor o espírito dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade, promove a relaxação, insufla a cortezania, a baixaza, sob todas as suas formas", diz sábia e oportunamente Rui Barbosa.

Srs. Deputados, no momento em que o obscurantismo promove dia após dia seus frutos absurdos, para manter os privilégios de uma minoria de brasileiros, instalados no Poder pelo arbítrio e pela força, não poderíamos nós, deixarmos de vir à tribuna do povo para, pelo menos, cumprindo a nossa obrigação, denunciar o que ocorre no interior deste Estado, onde a corrupção eleitoral chega às raízes do desespero e do desatino.

Srs. Deputados, não sabemos se depois do célebre "pacote de abril", não sabemos se depois da célebre "Lei Falcão", mas, a verdade, é que a corrupção nunca chegou ao ponto em que hoje vivemos. E a corrupção toma conta, praticamente, da vida de todo cidadão.

Vejam, Srs. Deputados, casos concretos que vimos e assistimos, durante os últimos dias, na nossa região:—

Em Pato Branco, reúnem-se os exatores de renda e os líderes políticos da Capital, o responsabilizam pela provável derrota nas urnas do candidato oficial ao Senado. E, lá estão dezenas de funcionários públicos estaduais, desesperados, porque não sabem como mudar os resultados das urnas que, fatalmente, virão dia 15 de novembro; eles que estão sendo responsabilizados pelos irresponsáveis deste País, pela derrota que se avizinha. Lá estão homens simples, que dedicaram sua vida toda ao Estado, com medo de amanhã serem penalizados pela derrota do candidato oficial.

O interior, se encontra em pânico. São os empresários que são visitados pela fiscalização às vésperas da chegada dos "todo-poderosos" deste Estado.

São os fiscais que chegam às fábricas e ordenam hora, dia para que ali se reúnam os funcionários para receberem os candidatos oficiais. São também os homens do partido do Governo que passam a desrespeitar, inclusive o outro Poder, a Justiça.

E citamos um caso ocorrido recentemente na Comarca de Francisco Beltrão, quando o Meretíssimo Juiz de Direito, fazendo valer a legislação em vigor, prendeu veículos que estavam a pintar muros e estradas, teve a sua ordem desrespeitada por indivíduos que muito bem pagos pelas empreiteiras deste Estado e falo da Empreiteira D.M., a famigerada D.M. da COPEL que os Senhores todos já ouviram debates nesta Casa, os funcionários daquela firma se rebelaram contra uma decisão do Sr. Juiz de Direito.

Mas a rebelião, Srs. Deputados, não ficou apenas nos funcionários da referida firma dos pintores oficiais. Também

o Palácio Iguaçu foi acionado e a cabeça do Juiz foi exigida, porque de acordo com os donos do poder, a Lei para eles pode ser desrespeitada, como vem sendo desrespeitada diariamente pelas rádios e televisão e até pela própria imprensa escrita.

Este desrespeito à Justiça e ao eminente Juiz, chegou a tal ponto, que o próprio Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, foi chamado a se pronunciar. E graças a Deus, este homem teve a coragem suficiente para se opor e não entregar a cabeça exigida de um Juiz do interior do nosso Estado. Mas o desrespeito à Justiça aí não parou, porque um Coronel da cidade de Pato Branco, se julgou no direito e no dever, para agradar aos poderosos, de exigir do Sr. Juiz, que permitisse continuassem sendo pichadas as estradas e as cidades da sua Comarca.

Quero, neste momento, Srs. Deputados, prestar homenagem de público ao Juiz Raul Costa Pinto, da minha Comarca e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Mas o desrespeito às leis, à ética, não parou aí e não parará. São os Gerentes do Banco do Estado, que, com raríssimas exceções deixam de atender qualquer cidadão que à sua mesa bate, sem abrir de uma das gavetas retirando propaganda eleitoral e exigindo para cumprir o seu dever de emprestar dinheiro, exigindo do homem que necessita dos préstimos do Banco, que deveria ser de todos nós, exigindo que usem decalques, que usem propagandas dos candidatos oficiais.

Perdeu-se, neste País, a ética e a vergonha. Tenho em mãos, Srs. Deputados, um documento que comprova muito bem. Um documento, inclusive, Srs. Deputados, de desrespeito aos próprios homens da ARENA da minha região, porque provavelmente uma sucessora, uma filial, provavelmente composta pelos mesmos homens que levaram há pouco tempo a um escândalo neste Estado, e todos os Srs. Deputados estão lembrados da Sissi Promoções e Vendas, que se utilizando de funcionário do D.E.R., exigia das Prefeituras pagamentos indevidos para uma publicação.

Agora também, Srs. Deputados, na minha região uma empresa com o pomposo nome de Centro de Orientação Fiscal ao Contribuinte do ICM, chega, como sempre em vésperas de eleições, chega à imprensa marron, chega como chegaram na minha região, no Município de Salto do Lontra, pessoas se dizendo militares, e dizendo da necessidade de votar no governo, chega a empresa denominada Centro de Orientação Fiscal ao Contribuinte do ICM, com sede nesta cidade, levada pela mão de um mandalete da Delegacia de Rendas de Pato Branco, a exigir dos srs. comerciantes, que participem de um curso sobre o ICM, pela módica importância de oitocentos cruzeiros.

Mas a vergonha e a ética neste País, perderam toda a noção sobre a vergonha e a ética. Tenho aqui a apostila, Srs. Deputados, e chamamos a atenção do Presidente desta Casa, que também é desrespeitado na sua região, tenho em mãos, Srs. Deputados, a apostila do curso ministrado na minha cidade por este tal Centro de Orientação Fiscal ao Contribuinte do ICM, com propaganda política, de candidatos. Está aqui a propaganda do Sr. João Eliseo 1254, está aqui a propaganda do Sr. Túlio, para o Senado; está aqui a propaganda do Sr. Cleverson-207, para a Câmara Federal, além de terem pressionado comerciantes ilustres de Pato Branco, de Francisco Beltrão, de Dois Vizinhos, e de Marmeleiros, para imprimirem isso que denominaram uma apostila.

É assim, que no Paraná de hoje, se faz política, não há mais o respeito ao adversário e muito mesmo ao próprio companheiro, porque através da utilização da máquina governamental, e creio e faço questão de crer, talvez com o próprio desconhecimento do Sr. Governador, se está utilizando a máquina governamental para se impor candidatos, de preferência dos poderosos.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?



(Assentimento) — Nobre Deputado Deni Schwartz, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, e verificando quando Vossa Excelência fez referência a fiscais que visitam empresas, determinando e marcando horário para visitas, quero entender, que, pelo menos, falando na minha região, quando nós fizemos algumas concentrações, e fomos procurados, pedindo que visitasse a sua empresa espontaneamente, esta denúncia que Vossa Excelência faz, sobre o Centro de Orientação, quando desconhece essa atitude, porque é um desrespeito não só à agremiação partidária a que Vossa Excelência pertence, como também à nossa, porque numa campanha política, é preciso que se dê direito ou igualdade, para ambos os candidatos. Quanto à pintura que Vossa Excelência faz referência, nas estradas, é lamentável. Mas isso tem acontecido e até por maioria das vezes nós verificamos aqui em Curitiba. E hoje eu vejo nos postes as propagandas. Talvez o candidato não tenha mandado pregar. Mas da oposição é o que mais tem aqui em Curitiba. Eu acho um absurdo, uma vez que existem logradouros públicos, com locais apropriados para pregar essas propagandas. E eu estou vendo, quase que obrigado, na minha região que até agora não pedi, que se escrevesse número ou pintasse nas estradas, quase obrigado a acompanhar, porque nós estamos vendendo todos fazendo. E é um absurdo, porque a lei não permite que se faça, que se use, uma medida como esta, que estamos assistindo. Agora, não sei como a Justiça Eleitoral, poderia responsabilizar, porque não sei se responsabilizar o candidato seria o correto. Como poderemos comprovar de que houve autorização por parte do candidato, como nós vemos aí essas propagandas nos postes que sabemos que é proibido. Então não sei como poderá resolver. Mas quero voltar a afirmar a Vossa Excelência que esta apostila nós haveremos de averiguar e ver a procedência de onde foi confeccionada e os meios de onde partiram.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Gilberto Carvalho que, pedindo a sua atenção para as últimas palavras ditas por este Deputado, antes de lhe ceder o aparte, quando ressalvei o possível desconhecimento do Sr. Governador dos fatos que ocorrem. E não vim à tribuna para acusar. No caso, deste curso, vim à tribuna, inclusive para requerer informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, sobre a oficialização ou não, desses cursos. Requerimento que, entre outras coisas, pergunta se esse centro tem algum vínculo com a Secretaria. Acredito que não o tenha e se essa Secretaria avalia os cursos ministrados por este centro, que já se demonstrou a altura da famigerada CICI "promoções e vendas", ao se utilizar de funcionário da fiscalização, para atingir seu "desideratum".

Mas, ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Informo ao eminente Deputado, que o tempo que dispunha da tribuna se esgotou, e lhe concede tempo para as conclusões.

O SR. DENI SCHWARTZ — Mas, Sr. Deputado, quero concordar em número e gênero por que ambos estamos na mesma canoa. Também fico a pensar se não serei obrigado a descumprir a lei, mandando enfeiar as nossas estradas. Mas, Sr. Deputado, a verdadeira razão de estarem os nossos postes, as nossas ruas, as nossas estradas, com uma poluição visual, nunca dantes vista, tem uma razão e ser: é a famigerada "Lei Falcão". Pudéssemos nós usar, como usávamos algum tempo atrás, a televisão, a rádio, que fôssemos um produto que não precisasse ser vendido às escondidas, e somente os medíocres, de ambos os partidos, se utilizariam das estradas, das paredes, dos muros ou dos postes. Tenho certeza que seria a melhor maneira de sermos conhecidos e de sermos votados ou então de sermos rechaçados pelo povo do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda substitutiva ao Projeto de Lei n.º 35/78, subscrita pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, com o seguinte teor: (Lê).

### "EMENDA: SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 35/78.

Art. 1.º — Ficam revogados os itens IV e V, do art. 2.º; o art. 3.º e seus parágrafos (com nova redação dada ao "caput" pela Lei n.º 6888, de 6.7.77); e o art. 4.º e seu parágrafo, todos da Lei n.º 6568, de 24 de junho de 1974, ficando, em consequência, extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular — FUNDHAP.

Art. 2.º — Todos os recursos destinados ao fundo Estadual de Habitação Popular — FUNDHAP, ficam transferidos à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Erondy Silvério."

A Presidência recebe, e na oportunidade haverá de colocá-la à consideração do Plenário. Todavia, a emenda do Sr. Deputado Erondy Silvério merece apoio. — **Apoiada.**

Emenda n.º 2, proposta ao Projeto de Lei n.º 35/78, subscrita pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, com o seguinte teor: (Lê).

"Emenda ao Projeto de Lei n.º 35/78

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos do Fundo extinto por este artigo, na subscrição e integralização de aumento do Capital Social da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, Sociedade de Economia Mista instituída nos termos da Lei n.º 5113, de 14 de maio de 1965."

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares."

Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 106/78, que estabelece sede temporária da Assembleia Legislativa, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná, no dia 1/9/78. **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 106/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 88/77, que objetiva estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 24/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Terra Rica, imóveis de propriedade do Estado, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 60/78, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE CURITIBA — MARUMBI", com sede e foro nesta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 82/78, de autoria dos

Senhores Deputados Accioly Neto e Jorge Sato, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE ASSISTENCIAL CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem nº 38/75, ex-Proposição nº 129/75, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de JAGUARIAIVA, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Colégio Estadual "Rodrigues Alves", na sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem nº 42/78, ex-Proposição nº 127/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e intervenção de órgãos que especifica, e o Município de BOCAIUVA DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 141/74, de autoria do Deputado Aryzone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Formosa D'Oeste, o Distrito Administrativo de Iracema. (Anexo ao Projeto de Lei nº 134/75 de autoria do Deputado FUAD NACLI, que versa sobre a mesma matéria). Parecer Favorável da C.C.J., com substitutivo Geral, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 41/78, que objetiva revogar dispositivos que especifica, da Lei nº 6568, de 24/7/74, ficando por consequência, extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular - FUNDHAP. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. —

A Presidência recebeu, devidamente apoiadas, duas emendas, uma Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 35/78 e outra, que modifica o Art. 1.º do Projeto de Lei nº 35/78. Praticamente as emendas versam sobre a mesma matéria, e preconizam alterações diferentes. Razão pela qual, a Presidência, para melhor orientação do Plenário, reencaminha o Projeto de Lei nº 35/78 à C.C.J., para que emita parecer sobre as emendas apresentadas.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 41/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de UNIÃO DA VITÓRIA, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. - Com emenda. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 175/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina", com sede e foro na cidade de Nova Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 175/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA LONDRINA", com sede e foro na cidade de Nova Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos venha receber o reconhecimento público do Estado, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Nova Londrina, dentro das finalidades propostas através dos seus Estatutos Sociais.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 175/77

Objetiva o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina", com sede e foro na cidade de Nova Londrina.

A iniciativa vem articulada e devidamente justificada, atendendo assim o que preceitua o Art. 123 do Regimento Interno.

Referido plano de lei não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional que obste sua tramitação, atendendo, por outro lado, as exigências contidas na Lei nº 6994, de 10 de Janeiro de 1978.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto.

Nestas condições, somos pela aprovação do plano de lei ora em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Maurício Fruet, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 65/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goioerê", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 65/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIOERÊ", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços aos servidores públicos municipais de Goioerê, merecendo, com isso, o reconhecimento público municipal através da Lei nº 816/06/77, de 03/11/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais, previstas pela legislação

pertinente à matéria.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos mereça o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 65/78

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente Projeto de Lei nº 65/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goioerê", com sede na cidade do mesmo nome.

Analisando-se a matéria, através da justificativa apresentada e da documentação que ao projeto foi anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10/01/78, que regula o instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/78, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o "Lar Betel", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 92/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR BETEL", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços, no campo da assistência social, principalmente no atendimento à infância, dentro da comunidade de Nova Esperança.

O reconhecimento público municipal já se fez através do Decreto nº 1533, de 07/11/77, cuja fotocópia anexamos ao presente, juntamente com a documentação exigida pela legislação estadual que regulamenta o instituto da utilidade pública.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 92/78

O presente Projeto de Lei nº 92/78, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Lar Betel", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 74/78, que objetiva atribuir aos

cargos que especifica, vencimentos da simbologia DAS-3, instituída pela Lei nº 6996, de 12/04/78, e cria 3 (três) cargos de Assessor Técnico Símbolo DAS-4. Pareceres Favoráveis da C.C.J. C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência.

#### PROJETO DE LEI Nº 120/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — O cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e os de Assessor Técnico Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, passam a ter os vencimentos do símbolo DAS-3 da simbologia instituída pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978.

Parágrafo Único — Ficam criados, na Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, 3 (três) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-4.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1978.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 120/78

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 74/78, tem por objetivo atribuir ao cargo de Diretor Secretário da Procuradoria Geral da Justiça e aos de Assessor Técnico Legislativo Administrativo e Técnico-Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, os vencimentos do símbolo DAS-3, estabelecido pela Lei nº 6996, de 12.4.78. Visa ainda, a criação de três cargos de Assessor Técnico símbolo DAS-4.

A proposição vem acompanhada de justificativa acentuada que a complexidade e responsabilidade decorrentes do exercício dos respectivos cargos, estão a indicar a fixação dos vencimentos ora pretendida.

Por outro lado, o projeto atende plenamente as exigências de ordem legal e constitucional que regula a matéria, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 120/78

O Projeto de Lei nº 120/78, originário da Mensagem Governamental, tem por objetivo atribuir aos cargos que especifica, vencimentos e símbolos instituídos pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978 e dá outras providências.

Analisando a legalidade e a constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o aspecto financeiro do plano de lei ora em exame, temos que tal designação de cargos com nova simbologia, pouca alteração irá ocasionar, comportando assim o orçamento, a despesa que por certo acarretará.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei nº 120/78

O plano de lei ora em análise, oriundo de Mensagem Governamental, visa alterar simbologia de cargos que especifica, adaptando-os ao estabelecido pela Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978, e dá outras providências.

A justificativa que acompanha a Mensagem, nos convence da sua oportunidade, bem como do elevado interesse para a

administração.

É deveras importante, que o reconhecimento das alterações previstas, virá ocasionar melhores e mais compatíveis condições às responsabilidades dos referidos cargos na esfera administrativa.

Quanto ao mérito da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, podemos salientar que é das mais justas a proposta apresentada, opinando-se assim, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1978.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Em votação, o Projeto de Lei 120/78. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa) Dezoito Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum Senhor Deputado rejeita.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão, todavia, não há para deliberação. Sobrestada portanto a matéria para a próxima sessão.

Sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, que requer o envio ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de documentação que caracteriza crime de responsabilidade de Secretário de Estado.

A Presidência, com respaldo no Art. 22, IV, da Constituição do Estado, encaminha o requerimento de Sua Excelência o Sr. Deputado Líder do MDB, para que a Comissão de Constituição e Justiça declare a procedência de acusação criminal, contra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública e, recebido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, volte a Plenário, para discussão judiciosa desta Casa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Nilso Sguarezi, Líderes da ARENA e do MDB, respectivamente, constante do expediente, solicitando, ouvido o Plenário, sejam suspensas as Sessões Ordinárias dos dias 5 e 6 de setembro próximo, destinando-se à reunião das Comissões. O aludido requerimento será objeto de votação na próxima sessão.

A Presidência lembra que a suspensão dos trabalhos dos dias 5 e 6, determina a antecipação da realização de uma Sessão Especial destinada à Comemoração da Semana da Pátria, conforme preceitua a Resolução 23/69, em razão do que, a Presidência reitera aos Srs. Líderes que indiquem os oradores para a comemoração da efeméride, para a sessão matutina de amanhã, quinta-feira, última sessão a realizar-se antes das comemorações da Semana da Pátria, que terão início na próxima semana.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Itália João Damiani, ocorrido em acidente de trânsito na estrada que liga a cidade de Pato Branco a Clevelândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abrão Fantin, ocorrido na cidade de Ampére. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivor Braghini, ocorrido na cidade de Pato Branco. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da menor Juliana Filgueira, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Brassac, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, reivindicando ligação asfáltica entre o Distrito de Tamarana, Município de Londrina, com a rodovia Celso Garcia Cid. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja registrado nos Anais da Casa, explanação de motivos que o levaram a não apresentar emenda ao Projeto de Lei n.º 121/78, que trata de alteração no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça. — (Encerrada a discussão).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura, no sentido de ser concedida anistia dos financiamentos de custeio da produção nos últimos três anos, desde que os produtores comprovem os prejuízos sofridos com a perda das safras atingidas pela longa estiagem e pelas geadas que assolaram o Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a manifestação do Plenário para aprovar requerimento em que se pede urgência do Sr. Secretário de Finanças do Estado, para reajustar a Pauta do ICM, incidente na comercialização de suínos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando informações do Sr. Secretário de Estado das Finanças, sobre a realização de cursos relacionados com o ICM. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que determine aos órgãos de segurança competentes a instauração de um processo com o objetivo de analisar o comportamento da Sociedade de Defesa à Tradição, Família e Propriedade. — **Encerrada a discussão.**

A Presidência vai promulgar a Resolução 173/78, com a data de hoje, determinando que será sede temporária da Assembleia Legislativa, no dia 1.º de setembro do corrente ano, o Auditório do Colégio Estadual do Paraná, lá se realizando a sessão pública em que o Colégio Eleitoral previsto nos Decretos Leis n.ºs 1540 e 1543, ambos de 14 de abril de 1977, elegerá Governador, Vice-Governador, Senador e respectivos suplentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 31, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados a Sessão Extraordinária vespertina que se realizará no dia 31, quinta-feira, às 14,30 horas, destinada a eleger os Srs. Deputados Membros ao Colégio Eleitoral.

Levanta-se a Sessão.